



# PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGAS SOBRE A REDE DE ASSISTÊNCIA À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PAULO AFONSO - BA

Renilson Pereira dos Santos<sup>1</sup>  
Gilclécia Oliveira Lourenço<sup>2</sup>  
Larissa Raposo Diniz<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A violência contra mulher pode ser caracterizada como um fenômeno fundamental à desigualdade de gênero, estando relacionada a concepções sobre o feminino e masculino que sustentam relações históricas de dominação e submissão, nas quais os aspectos considerados do universo masculino são supervalorizados em detrimento aos do feminino. Essas concepções determinam como o homem e a mulher devem agir em suas relações, estimulando a concentração do poder na mão dele e legando à mulher um lugar de objeto e subalternidade.

As atuais políticas públicas desenhadas para a assistência às mulheres vítimas de violências domésticas estimulam a criação de uma rede de serviços composta por órgãos das áreas da saúde, da assistência psicossocial e jurídico policial, que trabalham de forma articulada e em parceria para superação da situação de violência. O profissional da psicologia está inserido nas equipes de trabalhos dos referidos serviços, atuando com foco multi e interdisciplinar, em conjunto com os profissionais das diversas áreas que fazem parte da rede de assistência, a exemplo dos assistentes sociais, delegados, advogados, policiais, médicos, enfermeiros e outros.

Conforme recomendação do CREPOP<sup>4</sup> (2013), o trabalho do psicólogo nessa rede de assistência deve ter como base, primeiramente, os princípios do seu código de ética profissional, unido aos marcos legais dos quais o Brasil é signatário relacionados à defesa dos direitos da mulher, cabendo ao psicólogo “entender que a violência contra mulher se caracteriza principalmente como uma violação de direitos humanos, e que a questão de gênero é balizadora para sua compreensão” (pag.77).

Portanto, mobilizados pela indagação de como essa rede se apresenta no município de Paulo Afonso (BA), realizamos uma pesquisa cujo foco foi o fenômeno da violência contra a mulher no referido município, com ênfase na atuação dos psicólogos (as) na rede de assistência a essas vítimas. Assim, o objetivo da nossa pesquisa foi verificar a atuação dos psicólogos na rede de assistência às mulheres vítimas de violência na cidade de Paulo Afonso (BA), em quais serviços eles estão presentes e como vem realizando o seu trabalho.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Psicologia da Faculdade Sete de Setembro - FASETE, [renilson19@gmail.com](mailto:renilson19@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, [gilclenciaoliveira@gmail.com](mailto:gilclenciaoliveira@gmail.com);

<sup>3</sup> Orientadora - Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [larissardiniz@gmail.com](mailto:larissardiniz@gmail.com);

<sup>4</sup> O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogos/os que atuam nas diversas políticas públicas.



## METODOLOGIA

Metodologicamente, realizamos um estudo qualitativo e descritivo que, de acordo com Gil (1999, p.44), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. No que se refere ao método qualitativo, Minayo, Deslandes e Gomes (2013, p. 21) pontuam que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social”. A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com profissionais com formação em psicologia que trabalhassem, ou haviam trabalhado, nos serviços de saúde, de apoio jurídico policial e psicossocial que acolhem a mulher que sofre violência doméstica.

As entrevistas ocorreram durante os meses de setembro e outubro do ano de 2018, foram gravadas em áudios e transcritas com a autorização das participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ainda utilizamos, nas nossas análises, dados cedidos pelo órgão de apoio psicossocial no que concerne ao perfil das vítimas ali atendidas nos anos de 2016 e 2017, tais como número de mulheres acolhidas e suas idades, nível de renda, de escolarização, tipos de violência sofrida e, também, quantas foram desligadas do serviço nesse período, além de informações sobre o trabalho realizado e o fluxo de encaminhamentos entre os serviços no município. Antes de darmos início as entrevistas, no entanto, foi apresentado o projeto da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Sete de Setembro (CEP/FASETE), tendo-se a aprovação desse órgão para a realização do trabalho.

Foi necessária a obtenção de cartas de anuência dos órgãos municipais e estaduais responsáveis pela prestação dos serviços nos quais os psicólogos participantes da pesquisa atuam ou atuavam. Um fator que dificultou a realização da pesquisa foi o número reduzido de psicólogos e psicólogas trabalhando nos serviços que oferecem assistência às mulheres vítimas de violência, alguns atuando inclusive em dois âmbitos diferentes, a exemplo de uma participante que atua tanto em órgão psicossocial como de saúde. Por isso, decidimos ampliar o grupo de entrevistados e estendemos para profissionais que haviam atuado anteriormente na rede de assistência, não nos restringindo apenas aos que se encontravam a frente dessas instituições no período da coleta. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas com 05 (cinco) profissionais do sexo feminino, pois todo o grupo de psicólogos, que atuava na rede de assistência à mulher no período da pesquisa, era composto por mulheres.

Pensando em garantir o anonimato das suas identidades, utilizamos pseudônimos e ainda optamos por não identificar os órgãos aos quais se encontravam vinculadas, escolhendo por classificá-los apenas como sendo do campo jurídico-policial, psicossocial ou de saúde.

## DESENVOLVIMENTO

Nos referendamos no debate teórico dos estudos sobre Gênero, compreendendo este tanto como um aporte epistemológico múltiplo e diverso, como um movimento social e político em prol de uma vivência humana mais autônoma dos padrões opressores patriarcais baseados em normas de gênero que se apresentam, ainda, como um modelo de desenvolvimento ecologicamente degradante.

Na tentativa de contestar a concepção biologizante que justificava e diferenciava comportamentos masculinos e femininos, os estudos feministas, através do conceito de gênero, lutam contra a ideia de um comportamento natural e permanente que é justificado em virtude das diferenciações físicas. De acordo com Souza (1995), “o que importa, na perspectiva das relações de gênero, é discutir os processos de construção ou formação histórica, linguística e social, instituídas na formação de mulheres e homens, meninas e meninos” (p. 3).

Segundo Bandeira (2014) “os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, a violência contra a mulher como um dos pilares do patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina” (p.339).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das entrevistas com as profissionais da psicologia foi possível compreender como a rede de assistência às mulheres vítimas de violência se estrutura no município. No campo jurídico-policial, a instituição que realiza os atendimentos direciona seu trabalho não apenas ao atendimento das mulheres, mas também das crianças, adolescentes e idosos de ambos os sexos que tiveram seus direitos violados, como afirma Fernanda, a psicóloga que ali trabalha.

A instituição que promove o serviço psicossocial do município desenvolve serviços psicológicos, mas também de suporte jurídico, proporcionando uma proteção ampliada para a mulher vítima de violência. As entrevistadas afirmam ainda que o referido órgão possui uma atenção com toda a família afetada pelos abusos e busca fortalecer esses vínculos familiares.

De acordo com dados obtidos nos anos de 2016 e 2017 (disponibilizados pelo serviço psicossocial), mais de 600 mulheres realizaram acompanhamento no serviço e mais de 100 foram inseridas para iniciar o mesmo processo, no entanto, o número de mulheres que foram desligadas em 2016 soma 21 e em 2017, soma 35, o que nos indica o vínculo de longa duração das mulheres assistidas nessa instituição. Assim, compreendemos que, talvez, um dos motivos da permanência prolongada na referida instituição poderia estar associado à falta de suportes nas diversas esferas institucionais, para além dos serviços da rede de assistência, como o fortalecimento da segurança pública, de políticas para educação e acesso a empregos para essas mulheres, as auxiliando a tornarem-se independentes.

Outro ponto identificado nos discursos das entrevistadas é a descrição dos serviços dispostos numa rede de assistência, possuindo uma integração entre eles, em que é possível realizar encaminhamentos a depender das necessidades específicas de cada caso. Dessa forma, de acordo como as entrevistadas, a rede do município apresenta uma conexão, tendo-se uma distribuição entre ela, possibilitando que as mulheres transitem por diferentes espaços.

As entrevistadas foram convidadas também a fazer uma avaliação de como os serviços de assistência às mulheres vítimas de violência no município estavam sendo desenvolvidos, como os trechos a seguir destacam:

Fernanda: Bom, eu acredito que ter espaços já voltados pra esse atendimento especializado, diferenciado, pra essa mulher vítima de violência, já se apresenta como um significativo ganho, tá?, mas eu posso citar como pontes fortes, a questão da orientação, né, pra a prevenção e proteção dessas mulheres (Jurídico-Policial).

Samara: Na política pública, o ponto forte é elevar a autoestima dessa mulher, ela perceber a violência que ela tá sofrendo que não faz parte do contexto de uma vida saudável. Então, ela se perceber enquanto mulher, enquanto ser humano, que não precisa fazer parte desse ciclo de violação, né?, de violação de direitos enquanto pessoa, enquanto ser humano, não só no contexto dela em si, mas da família, dos filhos, de quem convive dentro desse lar. Então, a política que eu percebo é isso, o empoderamento, a autoestima dessa mulher, ela se perceber, a violência que ela se encontra sofrendo (Psicossocial).

Ana: Com a crescente demanda de atendimento às vítimas de violência no município, e no Brasil em geral, é necessário o aumento da equipe

multiprofissional com profissionais capacitados a atenderem e proporcionarem uma melhor saúde psicossocial a estas mulheres que procuram esses programas, bem como apoio e cooperação com outros órgãos que possam auxiliar nos trabalhos desenvolvidos por esse órgão (Psicossocial).

Fernanda, que atua num serviço de caráter jurídico-policial, destaca positivamente o suporte que este oferece para a segurança da vítima e dos seus familiares, pois é comum os filhos dessas mulheres testemunharem os episódios de agressões que as mães estão submetidas. Nos discursos das entrevistadas que atuam na área psicossocial e jurídico-policial, observamos que todas falam sobre o acolhimento oferecido às vítimas, que busca ouvir, orientar, proteger e trabalhar o empoderamento desta mulher, buscando retirá-la do contexto de violência no qual está inserida. Pois, de acordo as profissionais, as mulheres vítimas de violência chegam aos serviços fragilizadas emocionalmente e fisicamente, dessa forma esse acolhimento tem objetivo fazer com que elas sintam-se mais acolhidas e seguras diante da violência sofrida.

No discurso de Ana ficou evidenciada, também, a necessidade de formação e capacitação dos profissionais que atuam com tal demanda, buscando através disso o aprimoramento do próprio trabalho e da multidisciplinaridade presente na rede. Salientamos que as entrevistadas foram indagadas se, durante a formação acadêmica, elas haviam recebido orientações sobre a atuação nos casos de violência doméstica, e a maioria respondeu que não.

Quando perguntamos sobre as dificuldades encontradas por elas na execução dos serviços, seus discursos destacam:

Samara: Dificuldade era até enquanto profissional, era não conseguir fazer essa mulher andar sozinha com suas próprias pernas, a gente perceber enquanto profissional, que ela pode voar, e ela não sentir segura, a segurança em si. (...) Outra dificuldade é que não tem uma verba específica pra a instituição, então muitas vezes eu sentia dificuldade aqui pra tá participando de eventos, pra tá custeando né, custear esses congressos, palestras, momentos pra enriquecer a gente enquanto a equipe né, enquanto profissional (Psicossocial).

Cláudia: As dificuldades que a gente encontra no atendimento a vítima, a mulher vítima de violência, tá relacionado as demandas que ela traz, como por exemplo a dependência financeira e emocional da mulher (...) Uma outra dificuldade é essa, não tem abrigo e em algumas situações requer um abrigo, que são as situações emergenciais (...) A gente tá aguardando ampliação desse serviço no SUAS pra poder a gente conseguir ter, com o financiamento do governo federal pra poder implantar o serviço, que é muito caro (Psicossocial).

Ana: Não encontramos dificuldades em desenvolver nosso trabalho uma vez que o serviço psicossocial dispõe de uma infraestrutura e apoio aos trabalhos desenvolvidos no local e fora dele (...) Necessitamos da implantação de uma Casa de Abrigo para as mulheres vítimas de violência, especialmente para aquelas que permanecem no mesmo espaço físico com o agressor e não ter nenhum lugar para residir (Psicossocial).

O discurso de Samara alude a algumas dificuldades relacionadas com a alta do serviço, pois por mais que seja trabalhado o empoderamento dessas mulheres, o número de mulheres

ligadas ao serviço ainda é significativo. Para Cláudia, é a dependência financeira e emocional da mulher faz com que essa alta demore a acontecer.

Destacamos também nas falas das psicólogas da área de assistência psicossocial uma queixa sobre a falta de recursos financeiros para a instituição, já que a mesma não administra diretamente os seus recursos. Assim, trata-se de uma questão sobre a forma como a gestão pública está organizada do município que, de acordo com a entrevistada, regula uma verba que, na maioria das vezes, se mostra insuficiente e que dificulta o trabalho de toda a equipe. Com relação a Casa Abrigo citada na fala de Ana, é necessária uma iniciativa da gestão municipal para a implantação desse importante serviço de proteção às mulheres vítimas e que, também por uma questão de administração financeira local, não tem podido arcar com a sua instalação e efetivação.

Ainda com relação às dificuldades encontradas na realização do serviço, Fernanda, entrevistada que trabalha na área da saúde e também no campo psicossocial, resume que “não há alterações a serem feitas” e que seu “trabalho cumpre com o objetivo proposto”. Talvez ela tenha entendido que uma avaliação crítica do serviço onde trabalha, pudesse ser, também, uma crítica ao seu trabalho, associando o seu desempenho profissional enquanto pessoal. Por outro lado, vale lembrar que o período de coleta das nossas entrevistas coincidiu com o de realização do pleito eleitoral de 2018, momento de grande efervescência política no país e, também, no município de Paulo Afonso (BA). Nesses momentos são comuns as avaliações das gestões e dos gestores públicos mostrando os seus feitos positivos, pois muitos estão buscando reeleição ou apoiam partidários que estão disputando os pleitos. Assim, é preferível falar dos aspectos positivos da política e das instituições que a colocam em prática, em detrimento das suas fragilidades. Talvez, por essa razão, a entrevistada tenha afirmado que não vê necessidade de alterações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou descrever e analisar o trabalho executado na rede de assistência a mulheres vítimas de violência no município, sob a perspectiva dos profissionais de psicologia que nela trabalham. Ocorre no município não só uma assistência jurídico-policial, mas todo um serviço psicossocial que busca empoderar e reverter a situação de violência, resignificando sentimentos e situações das vítimas, não havendo apenas a punição do agressor. Os serviços são compostos em sua maioria por mulheres, o que demonstra que essa rede é feita principalmente por mulheres e para mulheres, possibilitando assim uma identificação das vítimas com as profissionais, o que pode facilitar o trabalho tanto psicossocial quanto jurídico-policial. Há ainda uma grande dificuldade na execução destes serviços, em parte por razões administrativas, como a falta de gerência dos recursos financeiros direcionados para os serviços. Concluimos que a violência contra a mulher seja, ainda, uma realidade pouco estudada na graduação de Psicologia pois tem suporte de leis ainda muito recentes, sendo a Maria da Penha (11340/06) a mais importante, com 12 anos desde que foi sancionada.

**Palavras-chave:** Rede de Assistência, Mulheres Vítimas de Violência, Psicologia.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 Ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.



CREPOP (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS) - Documento de Referências técnicas para atuação de psicólogos em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suelly Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013. 108 p.

SOUZA, Jane Felipe de. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. Silva, p. 195, 1995. Disponível em: [http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos\\_gensex/SexualidadeInfantil.pdf](http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf) Acesso em: 31 Ago. 2019

